



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS DE GUARABIRA
CURSO DE ESPECIAIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

JOEL MARTINS CAVALCANTE

**POR UMA ESCOLA PLURAL: A DIVERSIDADE DE GÊNERO E
SEXUAL NA PERSPECTIVA MULTICULTURAL**

GUARABIRA-PB

NOVEMBRO - 2014

JOEL MARTINS CAVALCANTE

**POR UMA ESCOLA PLURAL: A DIVERSIDADE DE GÊNERO E
SEXUAL NA PERSPECTIVA MULTICULTURAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora : Prof.^a Ma. Luana Francisleyde Pessoa de Farias

**GUARABIRA –PB
NOVEMBRO – 2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C377p Cavalcante, Joel Martins
Por uma escola plural: a diversidade de gênero e sexual na perspectiva multicultural [manuscrito] : / Joel Martins Cavalcante.
- 2014.
39 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Luana Francisleyde Pessoa de Farias, Departamento de Letras".

1. Educação 2. Multiculturalismo. 3. Diversidade. 4. Sexualidade. I. Título.

21. ed. CDD 370

JOEL MARTINS CAVALCANTE

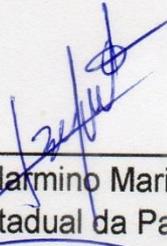
**POR UMA ESCOLA PLURAL: A DIVERSIDADE DE GÊNERO E
SEXUAL NA PERSPECTIVA MULTICULTURAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 06/12/2014



Prof.^a Ma. Luana Francisleyde Pessoa de Farias
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. José Otávio da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

À todas as pessoas que conheci durante esse curso e partilhei debates e experiências importantes que ajudaram na minha compreensão de educação e prática docente.

À Secretaria Estadual de Educação que de forma inédita ofertou essa Especialização a todo/as professores/as da rede estadual de ensino, nem nenhuma seleção prévia, bastando apenas ser do quadro escolar.

À professora Luana, professora e orientadora desta pesquisa, que muito contribuiu para a sua realização com as sugestões e revisões necessárias.

A todos os professores/as que passaram por esse curso, cada um à sua maneira, com suas diferenças, contribuíram nos debates tão importantes nos dias atuais, como os relacionados às diferenças e multiculturalismo. Para muitos colegas, foi a primeira vez que tiveram contato com esses temas.

Ao professor Belarmino Mariano Neto, coordenador do polo em Guarabira, pelo empenho durante o curso e atenção sempre deferida.

Educação não transforma o mundo. Educação muda as
pessoas. Pessoas transformam o mundo.

(Paulo Freire)

RESUMO

A educação escolar está diante de um desafio enorme. Violências cotidianas contra LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) merecem respostas. A punição é uma delas, mas a educação intercultural pode, efetivamente, contribuir para a construção de uma nova sociedade, baseada no respeito à diversidade de gênero e sexual. A educação heteronormativa produz sujeitos que sejam coerentes com a sequência sexo-gênero-sexualidade e afasta aqueles que não estão dentro dessa norma. Esse trabalho objetiva contribuir para a discussão sobre a diversidade de gênero e sexual na perspectiva multicultural. Entre os principais teóricos, estão Borriho (2010), Candau (2011), Louro (2004, 2010) e Silva (2005). Através de uma pesquisa bibliográfica e da aplicação de um questionário com três professoras, vamos discutir o desafio da escola frente a essa questão. Já existem algumas práticas docentes que tratam da diversidade de gênero e sexual, mas ainda são poucas e incipientes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Multiculturalismo, Diversidade, Gênero e Sexualidade

ABSTRACT

School education is facing a huge challenge. Everyday violence against LGBT (Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender) deserve answers. Punishment is one of them, but intercultural education can effectively contribute to building a new society based on respect for diversity of gender and sexual. The heteronormative education produces individuals that are consistent with the following sex-gender-sexuality and away from those who are not within this standard. This work aims to contribute to the discussion on gender diversity and sexual in multicultural perspective. Among the main theoretical, are Borrilho (2010), Candau (2011), Blonde (2004, 2010) and Silva (2005). Through a literature review and a questionnaire with three teachers, let's discuss the school a challenge to this question. There are already some teaching practices that address gender and sexual diversity, but they are still few and incipiente.

KEYWORDS: Education, Multiculturalism, Diversity, Gender and Sexuality

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	10
2 MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR	12
2.1 Para Compreender o Multiculturalismo	12
2.2 Multiculturalismo e Educação	15
2.3 Multiculturalismo e Diversidade de Gênero e Sexual	17
3 DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUAL NA ESCOLA	21
3.1 Marcos legais	23
3.2 Heteronormatividade	25
3.3 Escola e Currículo	27
4 GÊNERO E SEXUALIDADE NA VISÃO DOCENTE	31
4.1 Caracterização da Pesquisa	31
4.2 Análise do Questionário	32
4.3 Por Uma Escola Plural	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39

1- INTRODUÇÃO

A escola é um reflexo da sociedade. Todas as mudanças culturais ocorridas estão presentes no espaço escolar. Alunos gays, negros, umbandistas, católicos, brancos, índios, deficientes, urbanos, rurais etc. estão presentes nela. O desafio de conviver com as diferenças na escola é enorme. Trabalhar com elas na educação é um imperativo dessa nova realidade.

Não dá para pensar em políticas públicas ou em garantias de direitos de forma abstrata, no geral. As pessoas existem em suas singularidades, com seus aspectos culturais, sexuais, de gênero, raça etc. Por isso, é necessário falar em direitos das pessoas com deficiência, dos LGBT, das mulheres, dos negros e tantos outros grupos minoritários.

Nesse sentido, a garantia dos direitos humanos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais é um desafio nos dias atuais. Partindo da ideia de uma educação heteronormativa, que tem a heterossexualidade como norma e exclui todas as formas de sexualidades, encontramos o fenômeno da homofobia presente nas escolas brasileiras.

A educação heteronormativa produz sujeitos que sejam coerentes com a sequência sexo-gênero-sexualidade, ou seja, um dado sexo biológico (macho/fêmea) determina o gênero (masculino/feminino) e este leva a um desejo sexual (pelo sexo oposto). Os sujeitos que fogem dessa norma recebem como consequência castigos, privações de direitos, discriminações.

O desafio posto à educação escolar de uma educação multicultural é fundamental. O cenário brasileiro mostra isso. Violências cotidianas contra LGBT merecem respostas. A punição é uma delas, mas a educação pode, efetivamente, contribuir para a construção de uma nova sociedade, baseada no respeito à diversidade de gênero e sexual.

Nesse sentido, apesar de recomendações legais, a escola ainda não incorporou o respeito à diversidade de gênero e sexual nos currículos escolares do modo como foi construída historicamente pela resistência dos movimentos populares e grupos minoritários. Professores, por diversos motivos, não têm abordado essa

questão em suas práticas didático-pedagógicas, apesar de a escola, ultimamente, ser palco de várias expressões e manifestações de processos culturais de discriminação e formas de violência.

Por princípio jurídico-legal, conforme as leis que complementam o arcabouço da legislação educacional brasileira, a diversidade de gênero e sexual deveria ser trabalhada em todos os componentes curriculares, primando numa perspectiva intercultural.

Esse trabalho objetiva contribuir para a discussão sobre a diversidade de gênero e sexual na perspectiva multicultural. Através de uma pesquisa bibliográfica e da aplicação de um questionário com três professoras, vamos discutir o desafio da educação frente a essa questão. Utilizaremos, para tanto, os seguintes aportes teóricos: Bahia e Pereira (2011), Borrilho (2010), Candau (2011), Louro (2004, 2010), Mello Neto e Agnoletti (2013), Miskolci (2009) e Silva (2005), dentre outros.

Com base nessas orientações teórico-metodológicas, organizamos nosso trabalho da seguinte forma: no primeiro capítulo, discutimos o multiculturalismo e algumas abordagens dele, destacando para a opção desse trabalho com a perspectiva intercultural como a mais adequada diante do desafio de trabalhar com as diferenças de gênero e sexual na escola; no segundo capítulo, a partir de teóricos, abordamos a importância da escola trabalhar com a diversidade de gênero e sexual, partindo inclusive de documentos oficiais que prezam por uma educação de respeito à diversidade; por fim, no terceiro capítulo, analisamos o questionário feito com três professoras do Ensino Médio de escolas públicas diferentes e que são Orientadoras de Estudos do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e cursaram a Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares.

2 MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR

O Multiculturalismo parece ser mais uma daquelas palavras que está na moda. Em todos os espaços – mídia, universidades, escolas, movimentos sociais – fala-se nele. Não obstante, apesar de uso constantes nas falas, ele ainda é pouco compreendido. O que seria Multiculturalismo? Quais as implicações desse movimento teórico para a educação? Qual a sua relação para entendermos a diversidade de gênero e sexual na escola? Neste capítulo, pretendemos discutir essas questões.

2.1 Para Compreender o Multiculturalismo

A sociedade está diferente. Casamento entre pessoas do mesmo sexo, cotas raciais, ações afirmativas, lei que obriga o estudo da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, movimentos para criminalização da discriminação de preconceitos de gênero e sexualidade, grupos identitários saindo as ruas em busca de reconhecimento, etc.

Foi polêmico o fato noticiado em rede nacional sobre um aluno de uma escola municipal da cidade do Rio de Janeiro que foi proibido de entrar na escola porque usava as guias do candomblé. Também o beijo protagonizado entre dois personagens homens em uma novela da rede Globo gerou debates acalorados nas redes sociais e imprensa. Esses dois exemplos ajudam-nos na compreensão do desafio diante da aceitação das diferenças culturais na sociedade atual. De acordo com Morante e Gasparin,

As questões multiculturais estão presentes em todas as sociedades e adquirem uma dimensão planetária. O cenário é marcado por antagonismos, tensões e conflitos, tanto no âmbito internacional, como nacional e local, permeando os mais variados campos: política, economia, arte, religião, tecnologia e educação (2014, p. 03).

O Multiculturalismo, enquanto movimento teórico, é um meio de compreender todos esses movimentos culturais que colocam em choque algumas bases da sociedade ocidental, como a religião cristã e o casamento heterossexual. Falar em Multiculturalismo é falar em diferenças, identidades, grupos historicamente oprimidos que lutam por reconhecimentos de direitos e pelo combate à discriminação, como bem assinala Silva, “o multiculturalismo representa um importante instrumento de luta política” (2011, p. 86).

Desse modo, o multiculturalismo está ligado ao engajamento, à luta política, a organização de grupos sociais para reconhecimento de suas identidades e diferenças, a toda a diferença cultural que é marca da sociedade atual. Nesse sentido, Candau diz que

Uma das características fundamentais das questões multiculturais é exatamente o fato de estarem atravessadas pelo acadêmico e social, a produção de conhecimento, a militância e as políticas públicas. Convém ter sempre presente que o multiculturalismo não nasceu nas universidades e no âmbito acadêmico em geral. São as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos, dos movimentos sociais, especialmente os referidos às questões étnicas e, entre eles, de modo particularmente significativo entre nós, os referidos às identidades negras, que constituem o *locus* de produção do multiculturalismo (2011, p. 18).

Ou seja, o multiculturalismo rompe com aquela velha distinção entre teoria e engajamento, entre o pesquisar e sua militância, que esteve – e ainda está – tão presentes nos discursos acadêmicos. Aquela concepção de distância entre a pessoa que pesquisa e o objeto dessa pesquisa inexistente nessa corrente teórica.

Candau (2011) apresenta três abordagens do multiculturalismo. A primeira delas é a abordagem assimilacionista. De acordo com ela, nessa sociedade multicultural não existe oportunidade para todos, assim uma política assimilacionista visa favorecer com que os excluídos possam integrar e serem incorporados na cultura hegemônica.

No entanto, não se mexe na matriz da sociedade, procura-se integrar os grupos marginalizados e discriminados aos valores, mentalidades, conhecimentos socialmente valorizados pela cultura hegemônica. No caso da educação, promove-se uma política de universalização da escolarização, todos/as são chamados a participar do sistema escolar,

mas sem que se coloque em questão o caráter monocultural e homogeneizador presente na sua dinâmica (pp. 20-21)

A inclusão, de acordo com essa abordagem, esconde as diferenças dos grupos incluídos. Dessa forma, em nome de uma “cultura comum”, a diversidade dos segmentos historicamente marginalizados é apagada.

A outra abordagem é chamada de multiculturalismo diferencialista. Esta visão coloca ênfase no reconhecimento das diferenças, porque a assimilação seria a negação ou silenciamento delas. Para Candau,

Para garantir a expressão das diferentes identidades culturais presentes num determinado contexto afirma ser necessário garantir espaços próprios e específicos em que estas se possam expressar com liberdade, coletivamente. Somente assim os diferentes grupos socioculturais poderão manter suas matrizes culturais de base. [...] São enfatizados o acesso a direitos sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, é privilegiada a formação de comunidades culturais homogêneas com suas próprias organizações – bairros, escolas, igrejas, clubes, associações, etc. (2011, pp. 21-22)

Essa perspectiva acaba criando “apartheid socioculturais”, guetos onde esses grupos vivem suas diferenças distantes dos outros. Tanto a abordagem diferencialista quanto a assimilacionista estão bem presentes nos discursos e práticas sociais. Candau (2011) parte para uma terceira abordagem, que a nosso ver também está mais coerente com o objetivo desta pesquisa, que é a intercultural.

A abordagem intercultural apresenta algumas características como a promoção deliberada da inter-relação entre diferentes grupos culturais presentes em uma determinada sociedade; rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais; e reconhece que vivemos em processos de hibridização cultural, em que as identidades são abertas e em construção permanente.

Além disso, no multiculturalismo intercultural, a consciência de poder que permeia as relações culturais é bem presente. Essas relações são atravessadas por questões de poder, pela hierarquia, por preconceitos e discriminações. A cultura está longe de ser algo neutro ou romântico. Os embates culturais sempre ocorreram e, diante dessa nova realidade atual, estão mais presentes do que nunca.

Por fim, outra característica é a não desvinculação das questões de diferenças e desigualdades nas sociedades atuais. As diferenças geram desigualdades de

direitos, de oportunidades, e isso não pode ser esquecido. Nesse sentido, Candau ressalta que

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pela qual as diferenças sejam dialeticamente incluídas. (2011, p. 23)

Incluir os grupos subalternos na cultura hegemônica não é capaz de dar conta das diferenças e seu reconhecimento na sociedade. Criar espaços destinados aos grupos culturais é prejudicial por terminar por estigmatizá-los e marginalizá-los mais ainda. O desafio maior e mais coerente, na construção de uma sociedade mais justa e solidária, é o reconhecimento do outro e o diálogo constante entre os diferentes grupos, sem anular as suas diferenças.

Segundo Silva e Brandin (ANO, p. XX), “o multiculturalismo é uma estratégia política de reconhecimento e representação da diversidade cultural, não podendo ser concebido dissociado dos contextos das lutas dos grupos culturalmente oprimidos”.

Outros autores apontam mais características do multiculturalismo, mas ficamos apenas com essas, uma vez que se alinham com nossa pesquisa.

2.2 Multiculturalismo e Educação

As implicações pedagógicas do multiculturalismo são enormes. A escola é um reflexo da sociedade. Todas as mudanças culturais ocorridas estão presentes no espaço escolar. Alunos gays, negros, umbandistas, católicos, brancos, índios, deficientes, urbanos, rurais etc., povoam a instituição escolar.

Logo, o desafio de conviver com as diferenças na escola é enorme. Maior ainda é o construir uma educação na perspectiva do multiculturalismo intercultural. É interessante destacar que da mesma forma que a diversidade entre os alunos existe, ela também está entre os professores. De acordo com Candau, “não há educação que

não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa” (2011, p. 13). Por isso, trabalhar com as diferenças na educação é um imperativo dessa nova realidade. Nesse sentido, Canen acrescenta que

Ao lidar com o múltiplo, o diverso e o plural, o multiculturalismo encara as identidades plurais como a base de constituição das sociedades. Leva em consideração a pluralidade de raças, gêneros, religiões, saberes, culturas, linguagens e outras características identitárias para sugerir que a sociedade é múltipla e que tal multiplicidade deve ser incorporada em currículos e práticas pedagógicas (2014, p. 94)

Lidar com as diferenças na sala de aula requer um cuidado especial porque mexe com os valores pessoais, religiosos, culturais de cada um. Negar essa diferença é promover a desigualdade no ambiente escolar. O currículo escolar precisa incluir essas questões e o multiculturalismo vai orientar nessa direção. Segundo Forquin,

um ensino pode estar endereçado a um público culturalmente plural sem ser, ele mesmo, multicultural. Ele só se torna multicultural quando desenvolve certas escolhas pedagógicas que são, ao mesmo tempo, escolhas éticas ou políticas. Isto é, se na escolha dos conteúdos, dos métodos e dos modos de organização do ensino, levar em conta a diversidade dos pertencimentos e das referências culturais dos grupos de alunos a que se dirige, rompendo com o etnocentrismo explícito ou implícito que está subentendido historicamente nas políticas escolares “assimilacionistas”, discriminatórias e excludentes (2000, p. 61).

Dessa forma, não basta incluir as discussões sobre as diferenças na escola ou no currículo. É preciso ter em mente as escolhas e opções pedagógicas que sempre são políticas. O multiculturalismo está, como assinalamos acima, intrinsecamente ligado aos movimentos de luta por direitos dos grupos socialmente marginalizados.

Mais uma vez vamos nos valer das contribuições de Candau na construção de práticas pedagógicas dentro da perspectiva intercultural. Em primeiro lugar, ela desataca a necessidade do reconhecimento das nossas identidades culturais, situando-as em relação aos processos socioculturais do contexto que vivemos (2011, p. 26). Desvelar o daltonismo cultural presente no cotidiano escolar é importante porque o reconhecimento das diferenças étnicas, de gênero, de diversas origens regionais e comunitárias é uma necessidade da nova escola.

Candau aponta outra necessidade que é a identificar nossas representações dos outros, daqueles que tratamos por diferentes. Essa identificação é fundamental na construção de uma prática pedagógica intercultural. Reconhecer as marcas que colocamos no outro é de suma importância. Nessa linha de pensamento, Candau aponta que

As relações entre “nós” e os “outros” estão carregadas de estereótipos e ambiguidades. Em sociedades em que a consciência das diferenças se faz cada vez mais forte, reveste-se de especial importância que educadores/as alunos/as se aprofundem em questões tais como: quem incluímos na categoria “nós”? Quem são os “outros”? Como caracterizamos cada um destes grupos? (2011, pp. 28-29)

Outra ação no sentido de uma prática pedagógica multicultural é conceber a prática pedagógica como um processo de negociação cultural. Isso traz algumas implicações que são: evidenciar a ancoragem histórico-cultural dos conteúdos e conceber a escola como espaço de crítica e produção cultural. O conhecimento escolar foi historicamente produzido e os conteúdos curriculares são feitos a partir de escolhas ideológicas. Ademais, é preciso ver a escola enquanto centro cultural em que diferentes linguagens e expressões culturais estão presentes e são produzidas (2011, p. 34).

2.3 Multiculturalismo e Diversidade de Gênero e Sexual

Dentre as muitas diferenças presentes no cotidiano escolar, as identidades de gênero e sexuais são as que mais chocam, porque desestabilizam conceitos basilares da sociedade ocidental, como o de família e sexualidade.

O tema sexualidade ainda é pouco debatido no espaço escolar. A tendência é apagar as diferenças dos alunos e não vê-los enquanto sujeitos que tem desejos sexuais e várias identidades. Quando se aborda a temática, é sempre na perspectiva da saúde, como a prevenção de DSTs ou gravidez e quase nunca se fala da orientação sexual enquanto identidade do indivíduo e nem da discriminação sofrida em virtude dela.

Falar do multiculturalismo e a diversidade de gênero e sexual na escola é falar da homofobia e dos prejuízos dela decorrentes para todos os alunos que não são heterossexuais. Apesar de muito difundido, o conceito de homofobia ainda é pouco entendido por muita gente. Seria ódio aos homossexuais? Estaria restrito a um problema psicológico de alguns indivíduos incapazes de conviver com sua orientação sexual sua e dos outros? De que forma ela atua?

Ao que tudo indica, o termo é uma invenção de K. T. Smith, em um artigo publicado em 1971. George Weinberg, um ano depois, definiu homofobia como “o receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo” (BORRILHO, 2010, p. 21).

O conceito recebeu muitas críticas. Rios define de forma rápida e direta, homofobia como “forma de preconceito, que pode resultar em discriminação. [...] é a modalidade de preconceito e de discriminação direcionada contra homossexuais” (2007, p. 116).

Uma das críticas feitas ao termo homofobia é que ela parte da experiência de discriminação sofrida por homossexuais masculinos, deixando de lado as lésbicas, os bissexuais, a/os travestis e a/os transexuais. Assim, esses grupos específicos cunharam outros conceitos para abarcar as formas de preconceito e discriminação sofridas como lesbofobia (referente à discriminação de lésbicas), bifobia (discriminação contra bissexuais) e transfobia (discriminação contra travestis e transexuais).

Não é de nosso interesse estudar as causas da homofobia, mas apontar algumas de suas manifestações e características. Uma das compreensões da homofobia é entendê-la como heterossexismo. Segundo Rios, é “um sistema onde a heterossexualidade é institucionalizada como norma social, política, econômica e jurídica”. Assim sendo,

Uma vez institucionalizado, o heterossexismo manifesta-se em instituições culturais e organizações burocráticas, tais como a linguagem e o sistema jurídico. Daí advêm, de um lado, superioridade e privilégios a todos que se adequam a tal parâmetro, e de outro, opressão e prejuízos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e até mesmo a heterossexuais que porventura se afastem do padrão de heterossexualidade imposto. (2007, pp. 120 – 121).

Assim, não apenas gays são vítimas de homofobia. Heterossexuais também sofrem quando não estão no papel que socialmente lhes são reservados. Como diz Louro, “A homofobia funciona como mais um importante obstáculo à expressão de intimidade entre homens” (2010, p. 28), além disso, ela funciona, de acordo com Borrilho (2010, p. 26) como uma espécie de “vigilância do gênero”.

Desse modo, é necessário que o indivíduo seja coerente com o sexo biológico que nasceu, dele decorrendo um certo gênero e uma orientação sexual. Ou seja, se uma pessoa nasceu com o sexo masculino, deve ter seu gênero, que é o papel e características socioculturais reservados a homens e mulheres na sociedade, coerente com o sexo biológico, a saber, ter masculinidade e ter a orientação sexual voltada para uma mulher, ou seja, ser heterossexual.

Todo esse processo começa quando do conhecimento do sexo de uma criança ao nascer. Se for menino, ele terá roupas de cores apropriadas para o sexo, além de brinquedos correspondentes a coisas de homem, como carros, bolas e bonecos. De acordo com Lopes, a nomeação é um menino ou menina traz consequências, sendo,

Um processo que é baseado em características físicas que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais. Afirma-se e reitera-se uma seqüência, de muitos modos já consagrada, a seqüência sexo-gênero-sexualidade. O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. A afirmação “é um menino” ou “é uma menina” inaugura um processo de masculinização ou feminização com o qual o sujeito se compromete. (2004, p 15.)

A sociedade é marcadamente machista e patriarcal, baseada na dominação do homem sobre a mulher. Nela são marginalizados todos os seres que não são heterossexuais, bem como aqueles que possuem uma identidade de gênero diferente do sexo biológico que nasceu.

Até mesmo aqueles que estão em conformidade com o sexo, o gênero e a orientação sexual esperada, mas não tem aqueles “comportamentos adequados” para o seu gênero também sofrem o preconceito e a discriminação. Falas do tipo “homem

não chora” ou “homem não pode ser sensível” são exemplos. Ser feminino, para a mulher, e ser masculino, para o homem são imperativos sociais.

O multiculturalismo, portanto, ver todas as diferenças presentes no contexto escolar e combate as formas de preconceito e discriminação. E nessa direção está orientada esta pesquisa.

No próximo capítulo, vamos nos deter melhor nessa relação entre a diversidade de gênero e sexual e escola.

3 DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUAL NA ESCOLA

A homofobia dentro do ambiente educacional tem se tornado uma das principais causas da evasão escolar. Isso acontece porque no espaço escolar faltam políticas que incluam a diversidade sexual nos discursos e nas práticas, sendo a heterossexualidade o único comportamento valorizado e estimulado, excluindo as sexualidades minoritárias, entendidas, de acordo com Louro, como

Práticas e identidades sexuais tidas como de minorias. Mas é fundamental reconhecer que minoritário, neste caso, não remete à quantidade, e é, sim, indicativo do modo como um grupo dominante nomeia aqueles que dele diferem. Trata-se, pois, de práticas e identidades sexuais que se diferenciam ou se afastam daquelas que são ditas normais (2010, p. 143).

A homofobia não é tratada como os outros tipos de preconceitos, como, racismo e sexismo que são tidos e punidos como crime. O índice de homofobia na sociedade se eleva, cada vez mais, o que acaba refletindo diretamente na educação. Uma vez que “a educação é apenas um dos aspectos que compõem a realidade social” (FERREIRA, 2011, p. 26) e a escola é um reflexo da sociedade. Para Bahia e Pereira,

A escola não é um ambiente separado do meio social. Não se trata aqui de um “lugar do conhecimento e da reflexão” imune às vicissitudes e problemas da sociedade. Antes pelo contrário, participa e está inserida, para o melhor e para o pior. (2011, p. 66).

A escola que é tida como um espaço de interação, de educação e formação de cidadãos. Contudo, os estudantes que se assumem como homossexuais, bissexuais ou transgêneros sofrem violências não só psicológicas, como também físicas e, em alguns casos, tirando-lhe o direito fundamental à educação.

As nossas escolas não estão aptas a lidar com o bullying homofóbico, isso porque os muitos professores não têm informações de como abordar o tema da homossexualidade, preferindo ficar omissos e não tratar sobre a questão em sala de

aula e no ambiente escolar; além disso, também não há material didático qualificado para tal. É, na escola, que a sexualidade mais se manifesta, se desenvolve, onde se (re)produzem comportamentos e se estimulam ou se superam preconceitos. Nesse sentido, concordamos com Bahia e Pereira quando dizem que

A escola precisa contribuir com esse movimento de emancipação, de tornar a diversidade sexual algo discutido, conversado com tranquilidade, para que o ser humano possa relacionar-se melhor com ele próprio e com os outros. Nos tempos hodiernos, é pensamento corrente que para se viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem (2011, p. 52).

Várias pesquisas realizadas mostram a relação da homofobia no espaço escola. Segundo estudo recente, estudantes gays, lésbicas e travestis estão deixando a escola por causa da discriminação. A pesquisa informa que, no Rio de Janeiro, cerca de 20% dos alunos homossexuais que iniciam o ano letivo não suportam a perseguição e violência sofridas e terminam abandonando os estudos.¹ Para a psicóloga especialista em sexualidade da Universidade Católica de Brasília (UCB) Claudiene Santos, "a autoestima dessas pessoas que são discriminadas fica muito baixa. Como ela pode estar em um lugar em que os outros não a aceitam como ela é de verdade? A consequência em geral é a evasão".²

Outro estudo recente apontou que a maioria dos jovens brasileiros discrimina homossexuais. Além disso, 45% dos alunos e 15% das alunas não queriam ter colegas homossexuais na sala de aula. De acordo com Miriam Abramovay, coordenadora do estudo, ³esse preconceito se traduz em insultos, violências simbólicas e violência física contra os jovens homossexuais. Ela destaca que se trata de violência homofóbica por parte de toda a sociedade, inclusive de familiares, e não

¹ Homofobia afasta estudantes das escolas no Rio
<http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,OI3962747-EI8266,00>
Homofobia+afasta+estudantes+das+escolas+no+Rio.html Acesso em 07/07/2011

² Discriminação afeta desempenho escolar de alunos homossexuais. Disponível em
<http://www.gay1.com.br/2009/09/discriminacao-afeta-desempenho-escolar.html>
Acesso em 05/06/2011.

³ Maioria dos jovens brasileiros discrimina homossexuais, diz estudo. Disponível em:
<http://noticias.terra.com.br/educacao/maioria-dos-jovens-brasileiros-discrimina-homossexuais-diz-estudo,e34a42ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>
Acesso em 26/01/2013

apenas bullying (que é a violência entre pares). De acordo com a pesquisadora, essa violência gera sentimentos de desvalorização e sentimentos de vulnerabilidade nos jovens homossexuais. De acordo com Mello Neto e Agnoletti,

Tais cidadãos enfrentam particulares dificuldades, vivenciando cotidianamente casos de desrespeito e violência. Onde quer que vá, uma pessoa com orientação não-heterossexual, frequentemente se depara com situações vexatórias, atraindo olhares curiosos, brincadeiras de mau-gosto e atitudes preconceituosas (2013, p. 07).

Uma pesquisa feita com base em questionários do Exame Nacional do Ensino Médio revelou que homofobia cresceu 150% nas escolas brasileiras entre 2004 e 2008. Segundo o Enem, foram analisadas 6,4 milhões de respostas feitas por estudantes que estavam concluindo o Ensino Médio.⁴ Segundo Lopes Neto,

bullying compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder (2005, p. 165).

Seguindo essa linha de pensamento, o bullying homofóbico seria as atitudes agressivas, intencionais e repetidas voltadas para determinados alunos em decorrência de sua orientação sexual minoritária, ou seja, da homossexualidade. O aluno sofre esse tipo de violência por ser gay, lésbica, bissexual ou transexual.

3.1 Marcos legais

O ordenamento jurídico nacional coloca a educação como direito humano fundamental. Seu objetivo não é apenas repassar os conhecimentos acumulados pela

⁴ Pesquisa revela que homofobia cresceu 150% nas escolas brasileiras. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/vestibular-enem/pesquisa-revela-homofobia-cresceu-150-escolas-brasileiras-631544.shtml> Acesso em 07/07/2011

humanidade, mas visa o pleno desenvolvimento da pessoa, igualdade de acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, pluralismo de ideias, direito do educando de ser respeitado pelos educadores, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância.

De acordo com a Constituição Federal “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205, caput).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 53 e seus incisos, coloca que

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9638/96 (LDB), art. 2, “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” O artigo seguinte da referida Lei preceitua que

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância

Com as várias orientações no sentido de ter uma educação para formar plenamente a pessoa, com pluralidade, respeito pelos direitos fundamentais, promoção da tolerância, dentre outras, deveria ser desnecessário estudar a homofobia no espaço escolar. Mas, infelizmente, trata-se de políticas declaradas, mas, em geral, não praticadas.

Ora, se a educação deve formar plenamente o indivíduo, isso significa que todas as características do sujeito devem ser trabalhadas no sentido de uma formação culturalmente sensível, sem promover problemas psicológicos ou mentais. Diante disso, enfrentar a homofobia na sala de aula faz-se necessário, uma vez que os estudantes que sofrem desse preconceito têm sérios problemas, podendo, como vimos acima, levar até a morte. Como bem disse Bahia e Pereira,

A escola precisa contribuir com esse movimento de emancipação, de tornar a diversidade sexual algo discutido, conversado com tranquilidade, para que o ser humano possa relacionar-se melhor com ele próprio e com os outros. Nos tempos hodiernos, é pensamento corrente que para se viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem (2011, p. 52).

Nesse sentido, uma educação na perspectiva multicultural é mais que necessária. Jovens e adolescentes precisam ter seu direito à educação assegurado, independentemente de suas características pessoais. Cabe ao Estado garantir esse direito e assegurar que a diversidade sexual seja discutida no espaço escolar. Os conflitos existentes no ambiente escolar não podem ser silenciados ou esquecidos. É papel da educação formar plenamente o indivíduo, como ressaltam os marcos legais e discutir, portanto, as questões de gênero e sexualidade é mais necessário.

3.2 Heteronormatividade

No dia a dia escolar, vários processos são acionados para formar um tipo de sujeito, marginalizando todos os outros que não se enquadram nesse ideal. Ou seja, a escola ajuda a formar, assim como outras instâncias sociais, um sujeito que seja

coerente com a sequência sexo-gênero-sexualidade, a saber, o sexo biológico (macho/fêmea), determina o gênero (masculino/feminino) e este leva a um desejo sexual (pelo sexo oposto) (LOURO, 2004).

A cultura escolar, que para Julia (2001, p. 10) é “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”, é heteronormativa.

Pela lógica da heteronormatividade, todas as pessoas devem ser heterossexuais e todos os bens produzidos pela sociedade, sejam eles materiais ou simbólicos, são destinados para quem vive segundo seus preceitos. Para Miskolci,

ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (2009, p. 7 e 8).

Fugir a isso é incorrer em castigos, privações e discriminações; é então que aparece a homofobia, um conceito que reflete uma prática individual, social, jurídica e política que, seguindo a ordem natural do sexo, crer na supremacia da heterossexualidade e inferioriza todas as outras possibilidades de experimentar e viver o desejo sexual, para Borrilho:

a homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social contra aqueles e aquelas que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais como indivíduos de seu próprio sexo [...] Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e, dessa prática, extrai consequências políticas (2010, p. 34).

Mais do que um problema ligado a determinadas pessoas, ela faz parte do mundo jurídico, político e educacional, uma vez que além das violências individuais perpetradas contras os LGBT`s (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), segundo Borrilho (2010, p. 15) a homossexualidade permanece um obstáculo à plena realização dos direitos, tanto civis quanto direitos fundamentais, como o direito à educação. Para Louro,

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico (2003, p. 43-44)

Nesse sentido, a discriminação contra pessoas em razão da orientação sexual encontra amparo no atual currículo escolar que não considera as diferenças entre os alunos e silencia, sobretudo, quando se trata das diferenças em razão do gênero e da sexualidade.

3.3 Escola e Currículo

Vemos a escola como produtora de identidades e o currículo escolar, longe de ser neutro, como um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada. Mesmo que a escola e o currículo silenciem diante de problemáticas como o racismo, a misoginia ou a homofobia, toda a estrutura escolar, os símbolos, as regras, estão implicados na formação de um determinado tipo de sujeito, que na sociedade ocidental é homem, branco, heterossexual e cristão. Os que fogem a esse modelo são considerados diferentes, exóticos, não dignos do investimento escolar.

Acima de tudo é preciso ter em mente que existe uma educação sexual na escola, ainda que de forma implícita. Como diz Lopes (2002, p. 122), o currículo oculto está certamente incluindo questões relativas à sexualidade. Mas o que vem a ser o currículo oculto? Silva (2005, p. 78 - 79) diz que

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes. [...] Para a perspectiva crítica, o que se aprende no currículo oculto

são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações que permitem que crianças e jovens se ajustem da forma mais conveniente às estruturas e às pautas de funcionamento, consideradas injustas e antidemocráticas e, portanto, indesejáveis, da sociedade capitalista.

Assim, as crianças e adolescentes estão constantemente sendo ensinados, ainda que de forma implícita, a se comportarem, a terem atitudes e valores típicos da sociedade em que estão inseridos. Um currículo que é aprendido nas relações entre professores e alunos, entre a administração e os alunos, entre alunos e alunos que busca um ensino conformista com a situação vigente. Ademais, como ressalta Silva (2005, p. 79),

[...] Mais recentemente, nas análises que consideram também as dimensões do gênero, da sexualidade ou da raça, aprende-se, no currículo oculto, como ser homem ou mulher, como ser heterossexual ou homossexual, bem como a identificação como uma determinada raça ou etnia

Segundo Veiga-Neto, “a educação escolarizada é um conjunto de práticas indissolúvelmente ligadas às demais práticas sociais” (2003, p. 109), por isso, diante de uma sociedade muito violenta, preconceituosa, que discrimina os diferentes, fica fácil entender a manifestação da homofobia no espaço escolar.

Partindo da Teoria Pós-Crítica do currículo, não vemos esse com neutro ou como simplesmente reprodutor das relações de poder do Estado. O currículo é um espaço de embates de políticas culturais, vinculado às relações de poder, não apenas estatal, mas espalhado em toda a rede social e que inclui em seu mapa os processos de dominação centrados na raça, etnia, no gênero e na sexualidade (SILVA, 2005, p.158-159).

Assim sendo, “o currículo escolar é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada” (COSTA, 2003, p.51), subjetivamente norteado por um padrão consensual que admite as várias formas de se viver à sexualidade, mas, não foge do padrão “normal da sexualidade”.

Podemos constatar que a homofobia atinge o cotidiano escolar de forma negativa, levando alunos que se reconhecem como diferentes dos padrões estabelecidos pela heteronormatividade a sofrerem com as agressões, isso os leva ao fracasso escolar, a evasão e até ao insucesso profissional na vida adulta porque, mesmo que tenham um ótimo currículo, são excluídos por sua orientação e identidade sexual.

Diante disso, faz-se necessária uma formação continuada para os professores e professoras sobre a diversidade sexual. Sabemos que muitos deles carregam consigo seus valores religiosos, mas a escola deve ser um ambiente laico e plural, um espaço onde a diversidade seja valorizada e bem trabalhada e, conseqüentemente, os preconceitos sejam discutidos e as discriminações combatidas.

Desde a educação infantil, as crianças precisam ter noções sobre a diversidade existente na sociedade. Um dos primeiros conceitos aprendidos na escola é o de família. Diante da nova realidade social, a família não é vista apenas como constituída por pai, mãe e filhos. Mas existe uma diversidade de arranjos familiares, dentre esses está a família homoafetiva, formada por dois pais ou duas mães e seus filhos.

Além disso, diante de piadinhas ou brincadeiras que estudantes na sala de aula direcionam aos seus colegas gays, que na maioria das vezes nem assumidos são, é necessária a intervenção do professor no sentido acabar com essa prática, uma vez que ela traz conseqüências nefastas para a vida dos alunos que sofrem com o bullying homofóbico e também para os alunos que praticam, já que eles poderão no futuro adotar posturas violentas na sociedade.

Diante disso, a escola enquanto reflexo da sociedade que está inserida também tem um papel transformador dessa sociedade e não apenas reprodutor. Partindo da perspectiva de construção de uma sociedade mais democrática, mais justa, mais solidária, mais plural, a escola assume um papel relevante nessa missão. Como disse Henriques,

A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. [...] [A] escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade (apud BAHIA E PEREIRA, 2011, p. 62).

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a educação visa o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, o ensino deve ser ministrado com base no respeito à liberdade e apreço à tolerância. Ou seja, a educação oferecida nas escolas deve propiciar à criança, ao adolescente e ao jovem, as condições necessárias para o crescimento intelectual, emocional e físico dessas pessoas. Como assinalam Mello Neto e Agnoleti,

A educação, um dos maiores instrumentos de empoderamento, deve ser trabalhada como meio de reconhecimento e afirmação dos direitos humanos e da diversidade existente entre as pessoas. É a partir da educação que é possível incluir essa imensa parcela da população brasileira no desenvolvimento, garantindo-lhe o pleno exercício da cidadania. Entretanto, para que se possa dar efetividade a essa proposta de Educação Inclusiva, faz-se imperioso garantir o acesso a uma educação de qualidade, pluralista e emancipatória - aqui compreendida enquanto aquela que, muito mais que possibilitar a formação acadêmica, científica, cultural e humanista, estimula a curiosidade, a criatividade e a busca por aprimoramento - a todas as pessoas. (2013, p.06)

Portanto, por meio da educação podemos construir uma sociedade de respeito às diferenças, onde as pessoas sejam reconhecidas em toda a sua plenitude, sem que nenhuma característica pessoal sirva como óbice para a concretização de seus direitos. Dentro da perspectiva de uma educação multicultural, isso será possível.

4 GÊNERO E SEXUALIDADE NA VISÃO DOCENTE

4.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com três professoras que são Orientadoras de Estudos do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e que cursaram a Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares. A escolha se deve porque as discussões em torno do gênero e da sexualidade estão presentes nessas duas ações.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio foi instituído pela Portaria Ministerial nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, tem como objetivo promover a valorização da Formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, nas áreas rurais e urbanas, em consonância com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM (Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012).

Essa ação vem ao encontro do desafio do Ensino Médio no Brasil, que é o grande “nó” da educação básica brasileira. O Ensino Fundamental, há anos, vem tendo um acompanhamento e uma atenção por parte do governo brasileiro, ao contrário da última etapa da educação básica. Até bem pouco tempo atrás, se considerarmos a história da educação no país, nem financiamento havia para o Ensino Médio.

O Pacto do Ensino Médio, tendo um olhar voltado a partir das juventudes e por meio do eixo trabalho, ciência, tecnologia e cultura, proporcionará aos professores uma formação continuada consistente para a reflexão e mudança da prática docente. A formação ocorre na escola em que os professores ensinam e é dividida por área em três dias por semana: na terça-feira, Linguagens; quarta-feira, Humanas; e quinta-feira, Exatas e Ciências da Natureza.

Já a Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares foi ofertada pelo Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria Estadual de Educação e Universidade Estadual da Paraíba, aos professores da rede estadual de ensino.

O Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares foi realizado em nove módulos, cujos conteúdos curriculares estarão voltados para os eixos temáticos norteadores da Educação no Estado da Paraíba, tais como: Educação e Identidade, Educação e Tecnologia, Educação e Campo, Educação e Cidadania, Educação e Cultura, Educação e Cidade, Educação e Comunicação, Educação e Trabalho e Educação e Pesquisa.

Fizemos a aplicação de um Questionário por ser mais aberto e deixar as professoras mais à vontade para responder. Colocamos três questões a respeito da temática de gênero e sexualidade na prática pedagógica das professoras e na escola.

4. 2 Análise do Questionário

As três professoras serão identificadas como P1, P2 e P3, todas lecionam o Ensino Médio. A primeira pergunta do questionário era: *Qual o espaço dedicado à temática de gênero e sexualidade no currículo de sua escola?*

Apesar de estas questões estarem implícitas no dia-a-dia da escola, permeadas nas práticas pedagógicas, infelizmente a nossa escola está longe das discussões de um currículo direcionado para esta temática, pois pouco se discute, não sei se é preconceito, medo, ou falta de interesse. Ficando assim a critério de cada professor fazer sua parte. (P1)

Ainda percebo resistência para a abertura do espaço escolar de minha escola envolvendo essas questões. Porém, em minhas aulas de Biologia, converso e busco trocar ideias dentro desse contexto com os meus alunos. Como também nos eventos que são realizados na escola, todos tem espaço para se expressar e fazer suas participações. (P2)

Aqui na escola trabalhamos essa temática há bastante tempo. Inclusive através de projetos. Esse ano realizamos um seminário que abordava as questões de gênero e sexualidade e direitos humanos. No PPP da escola está contido a necessidade de trabalhar essas questões. (P2)

Como podemos observar nas falas, existe uma ausência grande na escola em falar da temática de gênero e sexualidade. Segundo Lopes (2011 p. 126), “fomos educados a pensar sobre os alunos sem considerar sua raça, seu gênero e seu desejo”.

De modo geral, o silenciamento não é por ingenuidade. Pelo contrário, a escola tem um papel fundamental na construção de uma noção de sexualidade normal, que na sociedade atual, é a heterossexualidade. Há a ausência do debate em torno dessas questões.

Apenas na escola da professora P3 essa questão é trabalhada, através de projetos e até com a realização de um seminário. Todavia, poucas escolas brasileiras “arriscam” a discutir o gênero e a sexualidade, apesar dessa temática ser de suma importância no dia a dia escolar. Como podemos observar na resistência falada pela professora P2 e o medo ou preconceito que a professora P1 colocou, reflexos de algo maior, que é modo de organização social, baseado na heteronormatividade.

Como assinalamos no capítulo anterior, ainda que a escola e o currículo silenciem diante da temática, toda a estrutura escolar, os símbolos, as regras, estão implicados na formação de um determinado tipo de sujeito, que na sociedade ocidental é homem, branco, heterossexual e cristão. Isso é currículo oculto, que, segundo Silva, “é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes” (2005, p. 78)

A segunda pergunta foi: *Você já debateu sobre gênero e sexualidade na sala de aula?*

Sim. A sexualidade está na sala de aula e em todo o espaço escolar, não há como negá-la, resta saber o que fazer com ela, ou melhor, como lidar com as diversas formas pelas quais ela se manifesta. Sinto que eles tem uma certa confiança nas minhas aulas, pois procuro auxiliá-los no que me é possível, apesar de não ser uma professora com formação na área, converso sempre com eles para que desenvolva uma sexualidade plena e saudável (P1)

Não digo que foi um debate organizado para essa temática, mas em diálogo com os alunos, trocamos várias ideias onde acabou se encaixando nesse assunto. (P2)

Sim. Os alunos são muito curiosos e vez em quando abordam essas questões. Sempre busquei manter um diálogo com eles. (P3)

Percebe-se que as discussões referentes à sexualidade incitam os alunos. Pela própria questão etária, eles são curiosos para discutir esse assunto. Infelizmente, muitos professores/as não estão ou não se sentem preparados para tanto.

A três professoras, nesse sentido, abordaram já o assunto. Segundo a P1 *“Sinto que eles tem uma certa confiança nas minhas aulas, pois procuro auxiliá-los no que me é possível, apesar de não ser uma professora com formação na área,”* mas não é necessário uma formação específica. Todos os/as professores/as devem abordar essas questões em suas disciplinas conforme Bahia e Pereira *“mais do que nunca, há de se investir nas questões da educação sexual intencional e nela a diversidade sexual, entendida como um direito a todo cidadão, desmistificando preconceitos e tabus existentes na educação das pessoas”* (2011, p. 62).....

Observamos que mesmo que na escola essa temática não esteja explícita, ela sempre surge na sala de aula e todas as três professoras pesquisadas não silenciaram a respeito, pelo contrário, promoveram e promovem a discussão. Isso é bastante salutar dentro da perspectiva de que a diversidade de gênero e sexual deve ser um tema trabalhado no espaço escolar, como uma das formas de combater o preconceito e a discriminação.

A terceira pergunta foi: *Na sua opinião, qual é a importância de abordar as questões de gênero e sexualidade para a formação do/a aluno/a nos dias atuais?*

Atualmente, esse tema tem sido bastante discutido nas escolas, porém, existe um grande desafio pela frente. Para que esse assunto seja abordado da maneira correta é necessário que haja constantemente um trabalho de capacitação com os nossos profissionais da educação. As escolas tem que investir em cursos de capacitação, porque este tema é muito difícil de ser trabalhado com crianças menores. Muitas vezes, o professor finge não ter ouvido algo sobre a sexualidade devido ao medo e à falta de preparo para se abordar um tema tão complexo. (P1)

Primeiro, levar o aluno a “quebrar” determinadas imagens que são criadas sobre o outro, principalmente quando este outro (a) pensa diferente ou se posiciona de forma contrária a uma maioria. Assim, orientando os mesmos a não alimentar preconceitos e indiferenças, independente de estilo, opção musical, grupos ou opção sexual

escolhida. A escola é um meio plural, por isso é preciso que se respeite e aceite o outro do jeito que ele é. (P2)

O preconceito e a discriminação que as pessoas LGBT sofrem é muito grande. É preciso discutir gênero e sexualidade na escola para que as pessoas vejam as outras como iguais, dignas dos mesmos direitos. Leis são importantes, mas é a partir da educação que mudanças mais efetivas nas mentalidades das pessoas podem ocorrer. (P3)

A partir do discurso das professoras, discutir a diversidade de gênero e sexual na escola é fundamental. A necessidade de criar uma cultura de respeito, de aceitação das diferenças, de um diálogo com o outro, como requer o multiculturalismo intercultural, necessita que “temas polêmicos” sejam abordados na sala de aula.

Infelizmente, são poucas as ações voltadas para uma formação continuada dos/as professores/as, como ficou claro na fala da professora P1: *“Para que esse assunto seja abordado da maneira correta é necessário que haja constantemente um trabalho de capacitação com os nossos profissionais da educação”*.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e a Especialização em Fundamentos da Educação trouxeram, de forma geral, essa temática, mas ainda muito insuficiente para subsidiar os/as professores/as. Esse investimento educacional é necessário para começar a mudar a mentalidade docente. A formação inicial da maioria dos docentes que atuam nas escolas não contemplou essa discussão.

Outro ponto importante foi mencionado na fala da professora P2: *“Primeiro, levar o aluno a “quebrar” determinadas imagens que são criadas sobre o outro, principalmente quando este outro (a) pensa diferente ou se posiciona de forma contrária a uma maioria.”* Esse exercício é uma das práticas apontadas por Candau (2011) para a construção de uma prática pedagógica intercultural. Os outros precisam ser reconhecidos em sua singularidade.

Os “outros”, os diferentes, muitas vezes estão perto de nós, e mesmo dentro de nós, mas não estamos acostumados a vê-los, ouvi-los, reconhece-los, valorizá-los e interagir com eles. Na sociedade em que vivemos há uma dinâmica de construção de situações de apartações social e cultural que confina os diferentes grupos socioculturais em espaços diferenciados, onde somente os considerados iguais tem acesso (p. 31).

Desse modo, torna-se fundamental “quebrar” as imagens do outro, como bem falou a professora e ainda prosseguiu dizendo *“Assim, orientando os mesmos a não alimentar preconceitos e indiferenças, independente de estilo, opção musical, grupos ou opção sexual escolhida. A escola é um meio plural, por isso é preciso que se respeite e aceite o outro do jeito que ele é”*.

A fala da professora P3 vai fechar toda essa discussão quando coloca a importância de abordar essas questões porque o preconceito e a discriminação contra as pessoas LGBT são constantes. A necessidade de educar para o respeito e o reconhecimento de direitos é uma das propostas do multiculturalismo. E, nesse sentido, a educação tem um papel fundamental, como mesmo reconhece a professora, *“Leis são importantes, mas é a partir da educação que mudanças mais efetivas nas mentalidades das pessoas podem ocorrer”*.

4.3 Por Uma Escola Plural

A homofobia incita o ódio, a violência, a difamação, a injúria, a perseguição e a exclusão do aluno no ambiente escolar. Tais atos só poderão ser combatidos quando houver políticas públicas na área de educação que deem suporte para o atendimento à diversidade em sala de aula para combater os preconceitos em relação a gênero, raça e as diversas orientações sexuais, as falas das entrevistadas mostraram bem isso.

É inconcebível que, em pleno século XXI, pessoas ainda sejam discriminadas em virtude de sua orientação sexual. Os casos de violências físicas e psicológicas que sofrem essas pessoas ferem brutalmente sua dignidade, valor supremo de nosso país, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

A escola precisa ser um lugar onde o aluno se sinta acolhido, aceito e valorizado em sua singularidade e não lugar de exclusão e discriminação. Apesar de que nem sempre isso será possível. Segundo Candau, “a interação entre os diferentes está muitas vezes marcada por situações de conflito, de negação e exclusão, que podem chegar a diversas formas de violência” (2011, p. 31)

Os anos que o estudante passa na instituição escola marcam, indelevelmente, sua vida. O tipo de sociedade que buscamos passa pelo tipo de educação que temos. Se quisermos construir uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária, plural precisamos, na nossa prática pedagógica, buscar desenvolver em nossos alunos valores como respeito, tolerância e apreço a diversidade. Este é um desafio para os/as professores/as:

O/a educador/a tem um papel de mediador na construção de relações interculturais positivas, o que não elimina a existência de conflitos. O desafio está em promover situações em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes, exercícios em que promovamos o colocar-se no ponto de vista, no lugar sociocultural do outro, nem que seja minimamente, descentrar nossas visões e estilos de afrontar as situações como os melhores, os verdadeiros, os autênticos, os únicos válidos. Para isto é necessário promover processos sistemáticos de interação com os “outros”, sem caricaturas, nem estereótipos. (CANDAU, 2011, pp. 31-32)

Assim, faz-se necessário que a escola trabalhe em prol de uma educação para a diversidade, para a pluralidade e que saiba conhecer, respeita e conviver bem com as diversas identidades de gênero e sexuais. A educação precisa, de fato, está preparada para o desenvolvimento pleno dos estudantes e ser um instrumento fundamental para o alcance da cidadania, sem qualquer tipo de exclusão. Uma educação para todos precisa trabalhar o respeito às diferenças na escola e o apreço a tolerância.

Construir uma escola plural só será realidade um dia quando todas as pessoas, independentemente de sua cor, classe social, gênero, orientação sexual, tenha acesso a ela e possam permanecer sem sofrer qualquer tipo de preconceito ou discriminação em virtude de características pessoais. Nessa direção, como destaca Moreira, “trata-se de promover trocas, estratégias de diálogo, em que os diversos grupos possam participar como produtores de cultura e sair com seus horizontes culturais ampliados” (2011, p. 53).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é marcada pela diferença. Alunos das mais diversas cores, gênero, sexualidade, religião, classes sociais etc. estão nela. Nem sempre o convívio entre os diferentes é harmonioso, pelo contrário, as situações de conflitos são cotidianas.

Nesse cenário desafiador de conviver e trabalhar com as diferenças, a perspectiva do multiculturalismo intercultural mostra-nos um norte a partir do exercício do diálogo com elas. Não é colocando os outros que são diferentes em um grupo separado que vamos ter uma escola para todos, isso pode até aumentar a exclusão e discriminação contra eles. Ora, o multiculturalismo está ligado ao engajamento, à luta política, a organização de grupos sociais para reconhecimento de suas identidades e diferenças, e é um instrumento na construção de uma escola mais plural e inclusiva.

Como vimos, lidar com as diferenças na sala de aula requer um cuidado especial porque mexe com os valores pessoais, religiosos, culturais de cada um e sobretudo as diferenças de gênero e sexualidade.

Esse trabalho com as diferenças já está sendo feito por vários/as professores/as, inclusive as três que entrevistamos, mas ainda é pouco frente aos processos de discriminação e preconceitos que sofrem todo/as que não têm uma sexualidade considerada normal pela maioria das pessoas.

Portanto, uma educação dentro da perspectiva multicultural, onde todo/as sejam aceitos e respeitados em sua subjetividade, sejam gays, héteros, homem, mulher, brancos, negros, ricos, pobres é uma demanda desse tempo. A educação oferecida nas escolas deve propiciar à criança, ao adolescente e ao jovem, as condições necessárias para o seu crescimento intelectual, emocional e físico. Não é favor ou escolha da escola fazer isso. É um direito humano fundamental.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco, PEREIRA, Graziela Raupp. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 51-71, jan./abr. 2011. Editora UFPR

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – 1988. Brasília: Senado Federal, 2011

_____. Lei nº 8.069 de 13 de Julho 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 2008.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2008.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia. História e crítica de um preconceito**. Tradução de Guilherme João de Freitas Texeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flavio. **Multiculturalismo**. Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. 7ª edição. São Paulo: Vozes, 2011.

CANEN, Ana. **O multiculturalismo e seus dilemas**: implicações na educação. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/imagens/materia/02ded04%20ana%20caren.pdf> Acesso em 12/11/2014

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e Política Cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CUNHA JÚNIOR, Dirley. **Curso de Direito Constitucional**. 5ª edição. Salvador: JusPodivm, 2011.

FERREIRA, Roberto Martins. **Sociologia da educação**. São Paulo: Moderna, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática pedagógica. 30ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LOPES, Luiz Paulo Moita. **Identidades Fragmentadas**. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

LOPES NETO, Aramis A. **Bullying** – comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria* – rio de Janeiro, 2005;81(5 Supl):S164- S172

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Sexualidades minoritárias e educação: novas política? In: POCAHY, Fernando. **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010.

MELO NETO José Baptista de; AGNOLETI, Michelle Barbosa. **Dignidade Sexual e Diversidade Humana**: cidadania e respeito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_netto_lgbtt.pdf Acesso em: 01/08/2013

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia**. O desafio de uma analítica da normalização. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em 11/08/2011.

MORANTE, Adélia Cristina Tortoreli; GASPARIN, João Luiz. **Multiculturalismo e Educação**: um desafio histórico para a escola Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Adelia%20Cristina%20T.%20Morante.pdf Acesso em 12/11/2014

MOREIRA, Antonio Flavio. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flavio. **Multiculturalismo**. Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. 7ª edição. São Paulo: Vozes, 2011.

RIOS, Roger Raupp. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Homossexualidade. POCAHY, Fernando. **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**. Uma introdução às teorias do currículo. 2ª. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Maria José Albuquerque; BRANDIM, Maria Rejane Lima. **Multiculturalismo e Educação**: em defesa da diversidade. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed1ano1-artigo4_mariasilva.PDF Acesso em 12/11/2-14

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade. In. COSTA, Marisa Vorraber (org.). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.